

Economia em Debate

nº 281

(03/07/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Rota 2030 deve ser anunciado até sexta-feira

O Estado de S. Paulo - 04/07/2018

O presidente Michel Temer deverá anunciar até a sexta-feira o Rota 2030, novo regime com benefícios para o setor automobilístico. De acordo com fontes que participam das negociações, a tendência é que o anúncio ocorra amanhã.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, o setor e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) pressionam para que o anúncio ocorra nesta semana, porque depois pode haver problemas com a legislação eleitoral. Há o entendimento de que, a partir do dia 7 de julho, o governo não poderá lançar novos programas do tipo porque poderia ser interpretado como propaganda, o que é proibido pela lei.

De acordo com fontes, o “esqueleto” do programa já está pronto há algum tempo, mas MDIC e o Ministério da Fazenda ainda discutem os últimos detalhes do programa. Uma das divergências é em relação ao tamanho dos descontos tributários que serão dados às montadoras que cumprirem metas de eficiência. A redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) só valerá a partir de 2022, mas há um embate em relação ao tamanho do desconto na alíquota do imposto, já que a Fazenda é contra renúncias e subsídios para o setor.

Já está fechado que o programa devolverá por ano até R\$ 1,5 bilhão em créditos tributários para as empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento, o que valerá a partir do próximo ano. Como informou o Estadão/Broadcast no mês passado, as montadoras terão de investir um percentual mínimo do faturamento anual para ter acesso aos incentivos tributários, que será de 0,8% do faturamento a partir deste ano e aumentará gradativamente até chegar a 1,2% em 2022.

Crédito tributário. A MP que criará o programa vai prever que pelo menos 20% dos investimentos virem créditos tributários que poderão ser abatidos do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Esse foi o principal ponto de embate entre a área econômica e o MDIC – enquanto este defendia que o abatimento fosse feito no pagamento de qualquer tributo, a Fazenda iniciou o debate defendendo que fosse apenas nos moldes da Lei do Bem, sobre o IRPJ e o CSLL e no ano seguinte ao do investimento.

A tendência é que o rota tenha um “meio termo”, com o abatimento apenas nos dois tributos, mas com um prazo maior de até 15 anos, maior do que a exigência do ano seguinte da Lei do Bem. Além disso, o percentual descontado poderá ser maior se o investimento for feito em áreas consideradas estratégicas pelo governo, como propulsão, conectividade, big data e inteligência artificial.

De imediato, o governo vai reduzir apenas o IPI de carros híbridos e elétricos. A alíquota cairá de 25% para um intervalo de 7% a 18%. Haverá ainda a previsão de redução da alíquota do IPI de carros comuns que atingirem metas de eficiência energética a partir de 2022, em percentuais que ainda estão em discussão.

O governo vai enviar ainda um projeto de lei para atender pleito das fabricantes de carros de luxo. As montadoras reclamavam que tinham um passivo de cerca de R\$ 300 milhões em créditos tributários que não foram contemplados pelo Inovar-Auto, programa automotivo anterior que foi encerrado em dezembro. O projeto dará cinco anos para essas empresas abaterem os créditos tributários dos últimos anos.

O programa vai prever também que montadoras e importadores que venderem carros fora de um padrão mínimo de segurança e eficiência energética paguem multa de 20% da receita da venda. Nos primeiros anos, valerão as regras atualmente em vigor, que são as mesmas do Inovar-Auto.

A partir de 2022, as empresas terão de cumprir exigências mais rígidas, com a redução de emissões de 10% a 12% sobre os índices atuais e a previsão de que metade dos carros produzidos tenham equipamentos de segurança que só seriam obrigatórios em 2030, como câmeras de marcha à ré, aviso de cinto não afivelado, controle eletrônico de estabilidade e travas para cadeirinhas infantis.

Conta de luz fica 15% mais cara em SP

O Estado de S. Paulo - 04/07/2018

As tarifas dos clientes da Eletropaulo terão reajuste médio de 15,84% a partir de hoje. Os clientes residenciais terão aumento de 15,08%, enquanto aqueles conectados à alta tensão, como indústrias, terão alta de 17,67%.

A Eletropaulo atende a 7,2 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana de São Paulo. O aumento das tarifas é autorizado uma vez por ano e não está relacionado à venda do controle da empresa, que pertencia ao grupo norte-americano AES, para a italiana Enel.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que o reajuste reflete o aumento dos custos com a compra de energia. “Não é um ponto fora da curva. Os reajustes têm se encaminhado mais ou menos nessa ordem de grandeza.”

O aumento autorizado, no entanto, surpreendeu analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, que esperavam aumento de até 10%. A elevação deve ter impacto entre 0,16 e 0,19 ponto percentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano. Economistas do mercado financeiro estimam que a mediana do IPCA de 2018 fique em 4,03%, segundo o Relatório de Mercado Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda-feira.

Inflação. Apesar do susto, os especialistas ainda aguardam o resultado do IPCA de junho, que será divulgado na sexta-feira, e terá forte pressão sobretudo nos preços de alimentos e de combustíveis, em decorrência dos efeitos da greve dos caminhoneiros, no fim de maio. A expectativa é que esses impactos se dissipem e a inflação volte a apresentar comportamento menos desfavorável nos próximos meses.

O desempenho dos preços de energia, item que tem peso de quase 3,5% na inflação, deve continuar no centro das atenções, especialmente em razão das incertezas com relação ao período de seca. A Aneel manteve em julho a bandeira vermelha 2, que inclui a cobrança de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Em maio, a bandeira era amarela, cuja taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 kWh.

Para analistas, produção industrial recuou 14% em maio

Valor Econômico - 04/07/2018

Sob efeito da greve dos caminhoneiros, a produção industrial brasileira teve em maio uma queda sem precedentes, calculam economistas. A média das projeções de 30 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta para recuo de 14% da indústria no mês, em relação a abril e feito o ajuste sazonal, após avanço de 0,8% na leitura anterior. As projeções variam de retração de 4,6% a 19,7%.

Se confirmada a média das estimativas, será o pior desempenho para a produção industrial desde o início da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF), em janeiro de 2002. A única outra vez na história em que o setor industrial registrou uma queda de dois dígitos na base mensal ajustada foi em dezembro de 2008 (-11,2%), sob efeito da crise financeira internacional. Na comparação anual, a média das estimativas sugere recuo de 10,3%. O IBGE divulga hoje a PIM-PF.

"Perdeu-se praticamente um terço do mês com a greve, que paralisou a produção industrial de forma significativa, não há como ter outro resultado que não uma queda muito forte", afirma Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, que projeta baixa de 15% para a indústria, na base mensal dessazonalizada.

Entre os indicadores antecedentes de maio, a produção de veículos recuou 15,3% em relação a igual mês de 2017, segundo dados da Anfavea, a associação das montadoras. A expedição de papelão ondulado caiu 19,5%, conforme a Associação Brasileira do Papelão Ondulado, enquanto o tráfego de veículos pesados nas estradas encolheu 23,8%, informou a ABCR (associação das concessionárias).

"Será um dado atípico, provavelmente em junho já voltaremos ao terreno positivo, ainda que baixo, mas essa queda infelizmente afeta todo o

prognóstico de produção industrial e de PIB para o ano", afirma Vale. O economista lembra que junho ainda foi afetado devido às dificuldades de abastecimento como resultado da polêmica em torno da tabela de frete. Além disso, a Copa do Mundo vai retirar horas de produção de junho e julho.

A MB Associados esperava crescimento de 3,5% na produção industrial em 2018, mas revisou a projeção para 1,6%, abaixo do avanço de 2,5% registrado em 2017. Para o PIB do segundo trimestre, a consultoria estima queda de 0,2% na margem, a depender do resultado da atividade em junho. No ano, o melhor cenário é de PIB em alta de 1,9%, porém um contexto político mais turbulento no segundo semestre pode levar o percentual para mais perto de 1,5%.

O banco Haitong calcula uma queda de 16,4% para a produção industrial em maio. Segundo os economistas Jankiel Santos e Flávio Serrano, esse resultado deixaria um carregamento estatístico negativo de 10,3% para o setor no segundo trimestre. Mesmo desconsiderando o recuo agudo da produção de veículos, a queda dos demais setores seria de 15,4% em maio, estimam.

"Supostamente, as montadoras teriam retomado suas operações em um nível mais alto de utilização da capacidade, a fim de compensar os dias em que não puderam operar. Se outros segmentos tiverem adotado um padrão semelhante, o impacto da greve deve ser minimizado, mas isso é algo que só descobriremos daqui a dois ou três meses", escrevem Santos e Serrano.

Para reduzir dívida, governo mantém devolução de R\$ 70 bi do BNDES este ano

Valor Econômico - 04/07/2018

Mesmo sem precisar mais dos recursos para cumprir a chamada "regra de ouro" neste ano, o governo não vai alterar o cronograma acertado com a diretoria do BNDES para que o banco devolva antecipadamente, ainda neste semestre, mais R\$ 70 bilhões dos empréstimos que recebeu do Tesouro Nacional, informou fonte credenciada do governo.

A razão para isso é que o governo precisa da devolução do dinheiro para manter a dívida bruta do setor público na trajetória projetada, explicou a fonte. Os R\$ 70 bilhões a serem devolvidos pelo BNDES representam um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) e serão fundamentais para que a dívida bruta na comparação com o PIB não cresça muito.

Este momento é particularmente delicado porque a trajetória da dívida está sendo impactada pelo custo das operações de swap, que o Banco Central está sendo obrigado a realizar para evitar movimentos especulativos no mercado de câmbio. Com o dólar em alta contínua, o BC vem acumulando prejuízos com as operações de swaps, que são cobertos com a colocação de títulos públicos no mercado, aumentando, assim, a dívida.

Até agora, a alta do dólar teve impacto relativamente contido. Em meados de junho, as operações do BC com derivativos resultaram em prejuízo de cerca de R\$ 10 bilhões, de acordo com os dados disponíveis. Mas é impossível saber aonde a cotação da moeda americana vai parar.

Além disso, a recuperação da economia brasileira está mais lenta do que se imaginava inicialmente. O governo chegou a trabalhar com crescimento de 3% do PIB neste ano, mas o BC reduziu de 2,6% para 1,6% a estimativa para a expansão da economia em 2018. Se o PIB é menor, a relação dívida/ PIB tende a piorar.

No relatório sobre o seu resultado em maio, divulgado na semana passada, o Tesouro estimou que ainda havia necessidade de R\$ 102,9 bilhões para cumprir a "regra de ouro" neste ano. O lucro patrimonial do BC e os ganhos obtidos com operações cambiais serão mais do que suficientes para cobrir esse "buraco".

Até 22 de junho, o último dado disponível, o lucro patrimonial BC e o ganho obtido com as operações cambiais somavam R\$ 140,3 bilhões. Nesta semana, a autoridade monetária deverá divulgar a posição final do mês, mas os especialistas não acreditam que ficará abaixo deste valor, pois o dólar continuou subindo depois do dia 22.

Como as reservas internacionais são contabilizadas em reais, toda vez que o dólar sobe frente à moeda brasileira, o valor das reservas também aumenta. A diferença para mais é contabilizada diariamente como ganho, que é meramente contábil, pois não houve venda efetiva de moeda estrangeira. Ao fim de cada semestre, se houve "ganho", ele é transferido em dinheiro ao Tesouro. Se houve "prejuízo", ou seja, se o real se valorizou frente ao dólar, o Tesouro emite títulos no mesmo valor e os repassa ao BC.

Os recursos transferidos pelo BC engordam a conta única do Tesouro, que pode usá-los para pagar a dívida, evitando, assim, emissão de novos títulos públicos. Ao reduzir a necessidade do Tesouro de emitir títulos, os recursos do BC ajudam a cumprir a "regra de ouro".

A Constituição determina que as operações de crédito da União não podem superar o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). Esse princípio foi chamado de "regra de ouro". O objetivo da regra é evitar que o governo se endivide para cobrir gastos correntes.

O problema é que a transferência do resultado do BC ao Tesouro não ajuda a reduzir a dívida bruta do setor público, embora seja determinante para o cumprimento da "regra de ouro" deste ano. O indicador da dívida bruta considera apenas os passivos do governo federal, Estados e municípios, além do estoque das operações compromissadas (a Conta Única e os títulos livres na carteira do BC não fazem parte da abrangência).

Já a devolução antecipada dos empréstimos pelo BNDES ajuda a reduzir a dívida bruta, pois significa que haverá o cancelamento de um débito do Tesouro com o mercado. O dinheiro devolvido é enviado para a conta única do Tesouro e evita que o governo emita novos títulos. O montante dos recursos que não forem utilizados neste ano, poderão ser usados pelo governo no próximo ano para cumprir a "regra de ouro".

Na manhã de ontem, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, chegou a dizer que em virtude da desvalorização cambial, o Tesouro talvez não precisasse desses recursos este ano para fim de cumprimento da "regra de ouro". "Estamos aguardando o Tesouro para definir se a preferência para devolução é neste ano, mais para o fim do ano ou no início de 2019", disse Dyogo.

Risco cambial é desafio para atrair estrangeiro

Valor Econômico - 04/07/2018

Apesar do desafio em atrair estrangeiros para aplicação em debêntures de infraestrutura, em função do risco cambial, algumas emissões que saíram neste ano contaram com a participação desses investidores, que contam com isenção de Imposto de Renda, assim como a pessoa física.

A oferta de R\$ 3,4 bilhões da Centrais Elétricas de Sergipe (Celse) foi distribuída para investidores estrangeiros. A emissão contou com a cobertura da agência suíça de crédito à exportação, a Swiss Export Risk Insurance (Serv), que permitiu que o título saísse com o rating "AA". A emissão da Entrevias, concessionária do Pátria, também contou com investidores estrangeiros, que responderam por cerca de 30% da oferta.

O grande desafio para atrair o investidor estrangeiro é a questão cambial. "Existe muita liquidez disponível no mercado internacional e há interesse em apoiar projetos de infraestrutura. O desafio é o risco cambial", diz Luiz de Lima Giacomini, gerente-executivo do BB na diretoria de mercado de capitais, responsável pela área de financiamento de projetos.

Uma das soluções estudadas pelo governo para mitigar esse risco é a possibilidade de contratação de um seguro para o projeto pelo emissor dos papéis, que seria oferecido pelo Fundo Garantidor de Infraestrutura, administrado pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF). Os bancos, assim, teriam mais segurança em oferecer hedge cambial para os investidores.

Para um executivo que participa desse mercado, o que poderia ajudar a resolver o problema do hedge cambial seria o Banco Central oferecer contratos de swap cambial com prazos mais longos, de pelo menos dez anos.

A participação dos investidores estrangeiros nas ofertas depende, contudo, do tamanho da emissão e da taxa de retorno oferecida pelo papel. "O estrangeiro

tende a olhar uma operação que tenha um volume de pelo menos R\$ 400 milhões e ofereça um spread de 200 a 250 pontos-base acima da taxa da NTN-B", diz Rafael Quintas, sócio e chefe de distribuição de mercado de capitais da XP Investimentos.

Apesar de os investidores estrangeiros contarem com a isenção fiscal para aplicação em debêntures de infraestrutura, o superintendente-executivo da área de mercado de capitais de dívida do Santander, Guilherme Silveira, não vê uma demanda forte desses agentes neste momento, dado o ambiente de maior aversão a ativos de emergentes, incluindo o Brasil. "Não é o momento de eles quererem exposição ao Brasil", diz.

BNDES: dívida com Tesouro será paga antes

O Globo - 04/07/2018

O presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, confirmou ontem que o banco pretende antecipar e parcelar o pagamento de uma dívida de R\$ 250 bilhões com a União, referente a aportes feitos pelo Tesouro no passado. Originalmente, a dívida poderia ser quitada até 2060. O banco já devolveu R\$ 240 bilhões.

— Estamos discutindo como antecipar esse pagamento e, principalmente, como ter um fluxo mais equilibrado ao longo do período — disse Dyogo.

Em junho, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse que o banco estudava antecipar a devolução do dinheiro em 20 anos. Segundo uma pessoa a par das discussões, o BNDES estuda como equacionar suas fontes de recursos, em caso de aumento de demanda por crédito.

Dyogo também confirmou que o banco terá uma linha de capital de giro de R\$ 1,5 bilhão para o setor de aves.

Inflação

DCI - 04/07/2018

Inflação medida pelo IPC-S sobe em seis das sete capitais pesquisadas pela FGV. O resultado foi na passagem de maio para junho deste ano. A maior alta foi observada em Belo Horizonte: 1,42 ponto percentual, ao subir de 0,16% em maio para 1,58% em junho. Salvador foi a única das capitais com queda na taxa de inflação de maio para junho (-0,40 ponto percentual), ao passar de 1,37% para 0,97%. A média nacional do IPC-S subiu de 0,41% em maio para 1,19% em junho.

Inflação em São Paulo registra alta de 1,01% em junho, comparado a maio. A alta do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), é resultado da greve dos

caminhoneiros e se refletiu principalmente nos setores de alimentos e transporte na cidade de São Paulo. O levantamento aponta que Alimentação aumentou 3,14 % em junho.

Índice de Preços ao Produtor sobe 2,33% em maio, na comparação com abril. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado de maio foi o segundo maior da série iniciada em janeiro de 2014, perdendo para os 2,99% da alta de setembro de 2015. O IPP já acumulam alta de 5,96% nos primeiros cinco meses do ano, enquanto a taxa acumulada nos últimos 12 meses (anualizada) chegou a 10,45%.

Atividade econômica avançará em ritmo maior no segundo semestre

DCI - 04/07/2018

A atividade econômica deve avançar em um ritmo ligeiramente maior no segundo semestre em relação ao primeiro, refletindo parte das perdas da greve dos caminhoneiros e uma leve recuperação do consumo e dos investimentos.

É o que avaliam especialistas ouvidos pelo DCI. A economista da Tendências Consultoria, Alessandra Ribeiro, ressalta, por outro lado, que o aumento da desconfiança após os eventos de maio impactou de forma significativa as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) referentes aos próximos seis meses.

Se antes de maio a perspectiva era de que o PIB tivesse um avanço médio trimestral de 1% no segundo semestre, agora, essa previsão é de uma alta de 0,7%, na série dessazonalizada (trimestre contra trimestre imediatamente anterior).

“O que está por trás dessa redução de expectativa é o aumento da desconfiança gerada pela greve dos caminhoneiros. Este acontecimento evidenciou um governo fraco e, portanto, suscetível a choques semelhantes”, argumenta Ribeiro. “Tudo isso gerou uma percepção ruim dos agentes econômicos em relação ao País”, acrescenta.

Ainda assim, a tendência é que a atividade econômica cresça em um ritmo ligeiramente maior daqui para a frente. Enquanto a expectativa é de que o PIB tenha um crescimento médio trimestral de 0,3% no primeiro semestre, a previsão para o segundo é que essa alta chegue a 0,7%, segundo a Tendências. Para o ano fechado, a consultoria cortou de 2,8% para 1,7% a projeção de expansão para o PIB do País.

Já o economista da Pezco Economics, Helcio Takeda, conta que, no início do ano, sua previsão de crescimento para o PIB de 2018 era de 3,5%. Essa expectativa caiu para 2,7% depois da divulgação do indicador do primeiro trimestre – que registrou alta de 0,4% – recuando, por fim, para 1,7% após os eventos de maio.

Somente a projeção para o segundo trimestre diminuiu de 1,2% para 0,2%. “A greve teve um impacto importante sobre a confiança no restante do ano”, enfatiza o economista.

Takeda também estima que o PIB deve crescer em um ritmo maior daqui para a frente. A previsão dele é que o indicador avance 1% no terceiro trimestre em relação ao segundo – a projeção anterior era de 1,5%. Contudo, ele pondera que esse crescimento maior não pode ser entendido como uma aceleração da economia.

“Na verdade, a maior expansão do PIB no terceiro trimestre, em relação ao segundo, reflete o processo de normalização da atividade após a greve: com as indústrias voltando a receber insumos para a linha de produção; com o comércio voltando a receber mercadorias, etc”, esclarece Takeda. “No terceiro trimestre, a atividade já volta ao seu ritmo normal. Dá a impressão de um crescimento maior no período, mas, na verdade, é apenas o reflexo do efeito base de comparação”, complementa.

Sem motor

Takeda prevê, inclusive, uma desaceleração da economia no quarto trimestre. A estimativa é que, na margem, o PIB avance somente 0,5% nos últimos três meses do ano. “Não há nenhum drive [motor] que possa impulsionar a economia”, justifica o economista da Pezco.

“Vamos começar o segundo semestre com uma inflação rodando próximo a 4,30% [em 12 meses], sendo que várias categorias esperam um dissídio em torno de 2% a 3%. Essa situação acabará gerando uma perda real dos rendimentos”, acrescenta Takeda.

Ele comenta ainda que a depreciação do real em relação ao dólar deve chegar para os consumidores via inflação. “Fora isso, as agências de viagens, por exemplo, que esperavam fechar pacotes para o segundo semestre, terão a sua expectativa frustrada”, diz. O economista da Pezco pondera que a liberação do PIS/Pasep pode estimular o consumo.

Alessandra Ribeiro projeta, inclusive, uma alta de 2,7% no consumo das famílias, neste ano, refletindo o crescimento de 1% na ocupação e de 2% na massa total de renda. Além disso, ela espera que o crédito para pessoa física e jurídica continue registrando melhora ao longo dos próximos meses.

Segundo Ribeiro, o consumo, ao lado da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, investimentos), é o que irá garantir a expansão de 1,7% do PIB. Ela ressalta que os contratos referentes à importação de máquinas e equipamentos, realizados antes da disparada do dólar, irão ajudar no crescimento da FBCF que, segundo ela, deve alcançar 4,2% no fechamento de 2018.

Fusões e aquisições somaram R\$ 101 bilhões no 1º semestre

DCI - 04/07/2018

O volume financeiro de fusões e aquisições no mercado brasileiro somou R\$ 101 bilhões no primeiro semestre de 2018, marcando um crescimento de 18% em comparação com o mesmo período de 2017, e o melhor resultado dos últimos três anos.

De janeiro a junho, foram registradas 471 operações, queda de 9% em relação às 518 anotadas no primeiro semestre do ano passado.

De acordo com os dados do Relatório Mensal da Transactional Track Record (TTR), publicado em parceria com a LexisNexis e TozziniFreire Advogados, no segundo trimestre do ano foram registrados 217 novos negócios, uma queda de 14,23%. As 14 transações de grande porte – isto é, a partir de R\$ 500 milhões – feitas de abril a junho somaram R\$ 32,4 bilhões.

O subsetor mais ativo, mantendo tendência iniciada em 2014, foi o de Tecnologia. No ano, foram 102 operações, alta de 23% comparada ao mesmo período de 2017. Destas, 48 ocorreram no segundo trimestre. O crescimento dos investimentos no setor acompanha o aumento de 25% nas aquisições estrangeiras nos segmentos de Tecnologia e Internet. Já o setor Financeiro e Seguros, com 61 transações, teve crescimento de 9% no ano.

Capital estrangeiro

No âmbito cross-border inbound, em que empresas estrangeiras investiram em firmas baseadas no Brasil, foram contabilizadas 102 operações de aquisição de empresas brasileiras no semestre.

Os Estados Unidos seguem como o país que mais investe no mercado brasileiro. As 40 operações envolvendo empresas norte-americanas comprando no mercado nacional, somaram, desde o início do ano, R\$ 4,4 bilhões.

Na segunda colocação, em termos de valores, ficou o Japão, com R\$ 3,78 bilhões, seguido pela China, com R\$ 2,14 bilhões investidos. O setor de Tecnologia também foi aquele em que foram registradas mais operações de empresas estrangeiras no primeiro semestre deste ano.

No cenário de private equity e venture capital foi anotado um crescimento de 50% dos investimentos de fundos estrangeiros em empresas brasileiras, alcançando um total de 40 negócios realizados.

Esses aportes estrangeiros tiveram forte influência no volume financeiro das operações de venture capital registradas pelo TTR no País no primeiro semestre. Nessa modalidade de investimentos, foram registradas 101

operações desde o início do ano, um leve crescimento de 5% em comparação ao mesmo intervalo de 2017.

Empregado teve perda de salário com reforma trabalhista, diz Diap

Valor Econômico - 04/07/2018

O analista político André Santos, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), afirmou que, a partir da reforma trabalhista, cada trabalhador teve perda média de R\$ 14 em seu salário.

“Pode parecer pouco para a classe média, mas é muito significativo para quem ganha um salário mínimo”, afirmou. Ele fez as declarações ao participar de seminário, na Câmara dos Deputados, com o tema “Impactos da Aplicação da Nova Legislação Trabalhista no Brasil”.

O analista afirmou que tanto o poder Executivo quanto o Legislativo “têm culpa no cartório” ao, respectivamente, propor e aprovar uma reforma trabalhista que surtiu efeito “inverso” ao prometido.

Santos disse que não houve crescimento de emprego no período de janeiro a março deste ano, quando a nova lei já estava em vigor. “Se o objetivo era dinamizar a economia e modernizar as relações de trabalho para se encarar novos desafios, isso ainda não teve o efeito necessário.”

Na avaliação do Diap, a reforma trabalhista resultou na precarização das relações de trabalho. “Os contratos intermitentes, por exemplo, devem ocorrer apenas para áreas em que é realmente necessário, mas, da forma como está posto na lei, é muito abrangente e vale para todos - a ponto de os empregadores, de forma irracional, quererem demitir trabalhadores fixos e contratá-los como temporários”, disse.

Formalização

A reforma trabalhista não foi capaz de estimular um processo de formalização do contingente de trabalhadores informais até o fim do ano passado - é a conclusão da pesquisadora Marilane Teixeira, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Os postos de trabalho estão sendo destruídos”, disse.

Ela afirmou que os empregos gerados são predominantemente informais e as formas de contratação, atípicas, provocando uma concentração de postos de trabalho precários e com baixa remuneração. “A instabilidade e a insegurança geradas pela ausência de renda estável estimulam a contenção de um mercado de consumo já retraído pelo elevado desemprego. Além disso, a reforma trabalhista não estimulou a recuperação dos investimentos públicos e privados - e os investimentos externos, sobre os quais também havia expectativas, indicam o mesmo caminho”, disse.

Ela citou dados que preveem, por exemplo, redução da taxa de crescimento do PIB para 2018 (de 3% para 1,7%) e retração na arrecadação de impostos, como o IPI (queda de 7,5%) e o Imposto de Renda (diminuição de 12%). Por outro lado, segundo a professora, o número de brasileiros subutilizados aumentou em um milhão.

Desemprego

O secretário adjunto de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Carlos Silva Barbosa, afirmou que não se pode relacionar as taxas de desemprego no país com a implementação da reforma trabalhista.

Segundo o representante do governo, ainda não é possível afirmar que o regime de demissão e admissão de trabalhadores tenha mudado após a vigência da nova lei. “A economia vem sofrendo desemprego há muitos anos, não é que isso tenha acontecido em 2018 ou 2017”, disse Barbosa.

Ele citou que, neste ano, foram criados 500 mil novos postos de trabalho. “A discussão é se isso é impacto da reforma ou da confiança e investimento de empresariado. Eu não sei”, disse.

O secretário ainda disse que “pode ser que haja fundamento” nas críticas relacionadas aos contratos intermitentes (temporários), previstos na nova norma, “mas, por outro lado, setores da economia que não registravam na carteira passam a ter essa possibilidade”.

Impactos

O diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, afirmou que a reforma trabalhista atuou de forma “escandalosa” ao não dimensionar seus impactos, que podem ser “monumentais” no âmbito fiscal. Ele disse, ainda, que os reflexos da reforma nas relações de trabalho são “gravíssimos”, com efeitos “monstruosos” sobre a vida laboral.

“Não temos nenhuma estimativa de impacto. Não dá para fazer, por exemplo, estudos de comparação, se não tivermos uma base de referência. Se o governo tinha o objetivo de criar empregos, tinha de ter medido quanto, de quais tipos e de que maneira”, disse ele, para quem as novas leis são “genéricas”. Lúcio sugere que o Congresso Nacional seja pressionado a “reformular a reforma” e corrigir artigos da nova legislação.

TST

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Renato Paiva, afirmou que a Corte tem se mostrado “sensível” aos apelos da sociedade no âmbito da reforma trabalhista - e que a aplicação das novas normas será pacificada “no devido processo legal, no tempo certo e na forma da lei”.

“Não poderia o TST se antecipar no exame de questões controvertidas de direito material, porque, na verdade, a complexidade desses temas exige que

tais matérias sejam exaustivamente debatidas desde as instâncias ordinárias”, disse.

Proposta cria nova contribuição, mais cara, e para todos os trabalhadores

DCI - 04/07/2018

Todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, terão que pagar uma nova e mais cara alternativa de financiamento aos sindicatos em substituição ao imposto sindical. Esse desconto obrigatório foi extinto com a lei da reforma trabalhista, em 2017, decisão confirmada em votação no Supremo Tribunal Federal (STF), na última sexta-feira, 29 de junho.

A manobra para reviver essa cobrança, mas com o nome de “contribuição negocial”, está centrada no projeto de lei 5795, apresentado em julho de 2016, na Câmara, pela Comissão Especial do Financiamento da Atividade Sindical, cuja criação foi destinada na época a propor alternativa a eventual extinção do imposto sindical. A defesa da proposta foi retomada pela Força Sindical, logo após a decisão do Supremo.

A contribuição é prevista em proposta dos deputados Paulinho da Força (Solidariedade-SP) e Bebeto (PSB-BA), que estabelece uma nova forma de financiamento sindical. Centrais sindicais, como a Força e UGT, e parlamentares sindicalistas começam a organizar movimento em defesa da criação dessa contribuição. O valor a ser cobrado pode ser maior do que o tributo extinto, que era o equivalente a um dia de trabalho.

Se aprovada, a nova contribuição incidirá sobre todos os trabalhadores, como era o imposto sindical, sob o argumento de que sindicalizados ou não são beneficiados pela ação dos sindicatos. Para tanto, de acordo com a proposta, será necessária deliberação em assembléia, com base no quórum previsto no respectivo estatuto. E prevê mais do que um dia e até 1% da renda anual bruta do trabalhador.

Segundo Bebeto (PSB-BA), a contribuição negocial estava prevista por meio de emendas à Medida Provisória (MP) 808, proposta pelo governo para realizar ajustes na reforma trabalhista. A MP, no entanto, perdeu a validade, e o projeto do peessebista é, hoje, interpretado como a "salvação da lavoura" dos sindicatos. "Isso é parte da autonomia coletiva do sindicato. E sem a MP houve um vácuo legislativo. Esse projeto disciplina a contribuição negocial como parte dessa autonomia, dando sustentação aos entes sindicais", afirmou Bebeto ao DCI.

Ampliação

Além do imposto sindical, a nova tributação destina-se a substituir outras duas contribuições que já são cobradas dos trabalhadores: a confederativa, que é direcionado ao custeio da estrutura formada por sindicatos, federações e

confederações; e a assistencial, que é devida após convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.

Em comum, essas duas contribuições atualmente só incidem sobre os trabalhadores sindicalizados. No caso da confederativa, não foi regulamentada e não é mais cobrada. Já a assistencial ficou com cobrança limitada aos sindicalizados por decisão do STF.

De acordo com o projeto defendido pelos parlamentares sindicalistas, a contribuição negocial representará um valor cobrado mensalmente de empregados e empregadores. Esse dinheiro é que vai sustentar a atividade sindical. Entre outros, poderia ser usado para o pagamento de despesas jurídicas, técnicas e administrativas.

Em resposta à decisão do STF, que confirmou a decisão contida na lei da reforma trabalhista, o deputado federal Wadih Damous (PT/RJ), ex-presidente da OAB/RJ, anunciou que vai apresentar um projeto de lei semelhante para que os sindicatos possam cobrar uma taxa àqueles que não são sindicalizados, mas se beneficiam dos acordos, convenções e dissídios coletivos.

O parlamentar declarou que a decisão do Supremo foi resultado de uma política errada adotada pelo governo Michel Temer contra os trabalhadores. “Aliás, essa votação no STF, semana passada, confirma que o golpe de 2016 foi contra os trabalhadores”, destacou.

Supremo

Por 6 votos contra 3, o Supremo confirmou a constitucionalidade do fim da cobrança obrigatória do imposto sindical, determinado na lei da reforma trabalhista, e que representa a principal fonte de receita das entidades sindicais. Em 2017, esse valor alcançou R\$ 806,7 milhões, dos quais a parcela de R\$ 560,7 milhões foi distribuída aos sindicatos.

Com o fim da obrigatoriedade, a arrecadação das entidades caiu 88% nos quatro primeiros meses deste ano, segundo dados do Ministério do Trabalho. Ao defender sua posição contra a cobrança obrigatória, o ministro Luiz Fux, do STF, disse que “não é possível tomar capital para financiar sindicato sem o consentimento do empregado”.

O Brasil, disse, conta com 17 mil sindicatos contra menos de 100 em outros países, e 20% de sindicalizados. Para ele, mesmo leis ordinárias, como a da reforma trabalhista, podem tratar de contribuição sindical e a Constituição fixa a compulsoriedade da cobrança.

Decreto de Aeroportos perde força no governo

O Estado de S. Paulo - Coluna do Estadão - 04/07/2018

O governo desacelerou as discussões sobre a edição do Decreto de Aeroportos, que entre outros temas vai regulamentar a devolução de concessões. Depois de o presidente Michel Temer ser acusado de editar o Decreto dos Portos para favorecer o grupo Libra, a área jurídica do Planalto passou a ter medo da sombra. No caso dos aeroportos, a situação é ainda mais delicada porque as empresas interessadas no ato jurídico são as mesmas que fizeram as obras, se comprometeram com valores altos de outorga, mas foram abatidas pela Lava Jato.

» Sinuca de bico. É o caso do aeroporto de Viracopos, administrado por um consórcio com a participação da UTC. A concessionária já entrou em recuperação judicial. Se o Decreto dos Aeroportos já tivesse sido editado, o terminal poderia ser relicitado, uma alternativa menos traumática.

» Sem previsão. Temer chegou a prometer que assinaria o texto em meados de maio. Ainda não o fez porque a área jurídica do governo está procurando uma solução que não deixe o presidente exposto.

» Cobertor curto. O clima esquentou na reunião da Executiva do MDB, ontem, quando o assunto foi a distribuição do fundo partidário. Há quem aposte na judicialização dos critérios de partilha dos recursos.

» Reciclagem. O BB anuncia hoje nova etapa do Plano Safra 2018/2019. Com poucas agendas positivas, será o quarto lançamento relativo ao programa do governo federal este ano.

» Segundo tempo. O plano B de Lula na corrida ao Planalto deve ser anunciado dez dias antes do fim da campanha na TV. O partido avalia que seus quatro minutos são suficientes para apresentar o substituto.

» Desconfiado. O PR ainda não decidiu se vai apoiar o PT na eleição presidencial porque o “dono” do partido, Valdemar Costa Neto, tem dúvidas sobre a capacidade de Lula de transferir votos para seu plano B.

» Passos lentos. Está prevista para hoje reunião da Câmara para decidir o futuro do deputado Paulo Maluf. A defesa pede que o processo seja suspenso até o trânsito em julgado no STF.

Porta... A Corregedoria Nacional do Ministério Público arquivou nova tentativa do senador Fernando Collor (PTC-AL) de investigar o ex-procurador-geral Rodrigo Janot por supostas infrações disciplinares.

» ...na cara. O veredicto final foi de que Janot não pode ser investigado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) por fatos que ocorreram durante o período em que ocupou a PGR e que “não compete” ao colegiado “a análise de questões relativas ao padrão comportamental do chefe do MPU”.

» CLICK.Coordenador da campanha de Geraldo Alckmin, Marconi Perillo desmarcou reunião que teria ontem com Temer. Na mesma hora, participou de evento em Goiás.

» Cinco anos depois... Três investigados na Operação Porto Seguro, que desbaratou esquema de fraudes em pareceres técnicos, foram demitidos ontem. José Weber de Holanda (ex-AGU); Glauco Alves (ex-procurador-geral da Antaq) e Jefferson Guedes (ex-vice-presidente dos Correios).

» Prejuízo. A cada jogo do Brasil na Copa, os Correios perdem cerca de R\$ 20 milhões em receitas. O presidente da empresa, Carlos Fortner, diz que as postagens só retomam os volumes médios um ou dois dias após os jogos.

PRONTO, FALEI!

“Independente da votação, não há chance de retroagir. Não há motivo para angústia dos caminhoneiros”, sobre a MP que define o preço mínimo do frete.

Osmar Terra Deputado federal (MDB-RS) e relator da MP do Frete

Proposta de um programa tributário

O Estado de S. Paulo - Rogério V. G. da S. Martins - 04/07/2018

As tentativas do governo federal de promover reformas deixou às claras a dificuldade de realizar alterações na estrutura constitucional brasileira. Se algumas mudanças devem ser feitas por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC), outras podem ser meramente legais, sem a necessidade de quórum qualificado para aprovação no Congresso Nacional. Dentre estas últimas se encontra a atualização do sistema tributário brasileiro.

É plenamente factível que a estrutura tributária seja alterada sem que se mexa no texto constitucional. Movidos por essa possibilidade, propomos, em breves palavras, um programa tributário a ser discutido pela sociedade e pelo Parlamento brasileiro.

Proposta de alteração infraconstitucional – Guiados pela premissa exposta, sugerimos que seja abandonada (ou, ao menos, suspensa por enquanto) a reforma tributária que careça de emenda constitucional. A atualização da legislação tributária a seguir apresentada pode ser feita por projeto de lei.

Substituição da tributação indireta pela tributação direta – Temos consciência da polêmica sobre a tributação no Brasil, todavia acreditamos que realmente seja necessário reduzir a tributação indireta (consumo) e aumentar a tributação direta (renda). A proposta consiste na redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – ou até mesmo a extinção desta última, dependendo da questão previdenciária –, com a previsão de incidência do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) em qualquer forma de transferência de recursos da

empresa para seus sócios, inclusivamente por meio de dividendos. A tributação dos recursos recebidos pelo sócio poderia ser fixa, de 15% (exclusivamente na fonte), ou sujeita a uma tabela progressiva, compensando-se o imposto recolhido antecipadamente pela empresa (transparência tributária da pessoa jurídica).

Manutenção do IPI como tributo essencialmente regulatório – O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) deve ser um imposto seletivo, com incidência restrita a alguns produtos (como, por exemplo, bebida e cigarro).

Transformação de PIS-Cofins em IVA federal – A contribuição ao PIS e a Cofins devem ser unificadas e substituídas por uma única contribuição federal. Além disso, a nova contribuição passaria a adotar, como regra, a sistemática de não cumulatividade (imposto sobre o valor agregado, o IVA), a fim de permitir a tomada de crédito financeiro sobre todas as compras de bens e serviços fornecidos por pessoas jurídicas. Propõe-se a manutenção do regime cumulativo para as atividades empresariais com relevante concentração de mão de obra e o regime monofásico ou concentrado para setores em que essa forma de fiscalização seja de fato indispensável.

Utilização do IOF e do IRRF para incentivar o mercado de dívidas corporativas – Assim como o IPI, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) também tem essência regulatória e sua incidência deve limitar-se à função indutora. Com isso o IOF poderia ser utilizado para incentivar o mercado de dívidas corporativas, reduzindo a dependência das empresas do crédito bancário e permitindo novas alternativas de investimentos para fundos e indivíduos, além da livre transferência de dinheiro entre empresas do mesmo grupo econômico (mútuo intercompanhias). O mesmo poderia ser feito com a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), como já é realizado na tributação dos diversos títulos de renda fixa variável.

Harmonização das leis estaduais de ICMS – A necessária harmonização das diversas leis estaduais passa pela alteração da lei complementar do ICMS para contemplar mais elementos de observação obrigatória pelos entes federados, tais como unificação de alíquotas máximas e mínimas por tipos de produtos, ampliação e efetiva tomada de crédito (não cumulatividade) e proibição expressa de concessão de qualquer benefício fiscal.

Lei Geral do Processo Tributário – A simplificação da legislação tributária material tem como efeito colateral, certamente, a redução do contencioso tributário e a maior eficiência na cobrança das dívidas tributárias. Lei de fácil aplicação provoca menos conflitos, porém o processo tributário (administrativo e judicial) não se tornaria obsoleto tão cedo. Por causa disso é importante a elaboração de uma lei geral, aplicada em todo o território nacional, ainda que possa prever mitigações em razão do porte e da localidade do ente tributante, especialmente os municípios. Essa lei geral deve ter aplicabilidade desde os procedimentos de fiscalização e disciplinar expressamente questões como agilidade na aplicação de precedentes, pronta expedição de atos infralegais que garantam a pacificação de temas no âmbito administrativo e judicial,

redução de prazos e de instâncias e reformulação do procedimento de consulta – inclusive com um regime opcional de ruling, no modelo da União Europeia.

Segurança jurídica na interpretação de planejamentos tributários – Adequada regulamentação – por sinal, há muito exigida pelo Código Tributário Nacional – das hipóteses, dos procedimentos e dos limites para a interpretação e a desconsideração de planejamentos tributários, conferindo a necessária segurança jurídica para as estratégias tributárias empresariais.

A implementação dos pontos aqui sumarizados demandará atenção do governo e negociação com o Congresso Nacional e com os Estados, o que, seguramente, não será fácil. No entanto, esta proposta é de adoção mais simples do que a emenda à Constituição e poderá trazer os mesmos benefícios à economia, com menores pressões políticas e maior chance de ser implementada.

De adoção mais simples do que emenda à Carta, pode trazer os mesmos benefícios à economia

Mercados financeiros inquietos

O Estado de S. Paulo - Gilles Lapouge - 04/07/2018

Os dirigentes das grandes potências pouco a pouco entenderam que Donald Trump é um indivíduo de cabeça dura. Seu prazer é se contrapor a tudo. Em poucos meses derrubou reformas e projetos que muitas vezes já estavam aprovados. Por exemplo, o acordo de Paris sobre o clima, o firmado com o Irã, todos ratificados por Washington e jogados no lixo por ele.

Quanto mais numerosos os adversários mais ele fica feliz. Alguns veem nisso a marca do seu gênio, do seu poder. Seu máximo prazer foi no encontro do G-7 em Toronto, quando se colocou sozinho contra todos e partiu bruscamente da reunião. Um psicanalista poderia nos explicar talvez esse bizarro mecanismo erótico.

Observamos também que seu contentamento parece ainda maior quando se opõe a alguém que finge gostar. E aí está a desvantagem do francês Emmanuel Macron. Ele, que se acredita um sedutor irresistível, mobilizou todo o seu arsenal de amabilidades para seduzir o americano: apertos de mãos, olhares cintilantes, tapinhas nas costas, beijinhos, brincadeiras de garoto. Mas Trump não mudou, mostrando um prazer malevolente de recusar com desdém todos os pedidos do francês. Macron não perde a coragem. Continua obstinado e insiste em seduzir.

O método adotado por Trump se apoia em suas virtudes e seu talento. Mas também no poder espantoso dos Estados Unidos. Há algumas semanas, contudo, parece que o presidente americano encontrou um adversário à altura:

os mercados financeiros americanos. Enquanto o crescimento do país continua excelente, os mercados tremem e, às vezes, vacilam.

Para Trump, os mercados estavam radiantes, com Wall Street abrindo garrafas de champanhe. Em 2017 e no primeiro semestre de 2018, a Bolsa americana contabilizou um ganho de 80%. Mas então foi lançada a uma guerra comercial, iniciada por Trump ao aumentar drasticamente as tarifas aduaneiras sobre produtos vendidos nos Estados Unidos, especialmente esses insuportáveis carros alemães que se exibem nas ruas e campos americanos, mas também sobre toda a indústria do Velho Continente. E mais recentemente a China, com a publicação de uma lista de produtos que sofrerão aumento do imposto de importação de 25%. Está claro que Trump privilegia o protecionismo e os mercados tremem.

No caso da França o índice da Bolsa, o CAC, despencou. Em 2017, registrou um ganho de 10%. Em 2018, nos primeiros seis meses, ainda se mostrou robusto, com uma alta de 6%. Mas, em poucos dias, esses ganhos debilitaram e chegaram a apenas 0,21%. E o temor é de uma piora.

Velha tradição francesa. Claro que a queda não é uniforme. Um setor que faz prova de resistência e de uma agressividade ainda maior é o de “luxo”, velha tradição francesa que vive uma primavera suntuosa. A companhia dirigida por Bernard Arnault abrange 60 marcas, entre elas as de bebidas alcoólicas e vinhos (Chateau d'Yquem Moet et Chandon, Veuve Clicquot), ou as bolsas Luis Vuitton, as grifes Kenzo, Givenchy, Guerlain no campo da alta-costura, jornais como Les Échos, Rádio Classique, sem esquecer as butikques emblemáticas como Bon Marché, e os hotéis de luxo.

O grupo segue sua trajetória triunfal. Insensível aos caprichos e melancolias da Bolsa, ele vem aumentando seus ganhos: 30% nos 12 últimos meses. O grupo LVMH vale hoje \approx 45 bilhões, ou seja, 10% da capitalização do índice.

Mas no segmento de artigos de luxo ainda há algo mais espantoso. Hermès, por muito tempo a joia da família, entrou tarde na turbulência das Bolsas, e não correspondia ao gênero ultrachique, discreto, um pouco aristocrático e afetado da casa. Em 1966, houve uma pequena revolução: a marca entrou na Bolsa. No início, sua ação era cotada a 300 francos franceses ou \approx 47. Hoje, supera os \approx 520. No primeiro trimestre de 2018, contabilizou um ganho de 17%.

Poderíamos citar várias outras histórias de sucesso francesas ligadas ao segmento do luxo ou grande luxo.

Como entender isso? Primeiro a excelência dos artesãos franceses desse setor, sem dúvida por causa do seu vínculo original quase genético com as monarquias francesas. Mas há também o aspecto conjuntural. No caso de produtos da marca Vuitton ou Gucci, seu avanço fulgurante é explicado pelos batalhões de senhoras milionárias chinesas que caminham a passos largos pelas calçadas parisienses em busca de uma bolsa Vuitton ou de uma echarpe Hermès, que, ao retornarem ao seu país, oferecerão para outra milionária.

Abertura do mercado de energia e o consumidor residencial

Valor Econômico - Rosane Menezes e Lucas Noura Guimarães - 04/07/2018

Como última sinalização ao governo na busca pela implementação de uma agenda proativa de reformas no setor elétrico, o ex-ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, enviou à Casa Civil, ainda em fevereiro, minuta de Projeto de Lei que aprimora o setor elétrico. A proposta, cuja publicação se daria, originariamente, por medida provisória, foi precedida da Consulta Pública nº 33, oportunidade na qual agentes e instituições do setor elétrico apresentaram suas contribuições.

Embora não possa ser considerada um "novo modelo", a minuta do PL da reforma do setor busca alterar cirurgicamente o ambiente regulatório, severamente abalado pelo canetaço tarifário oriundo da MP 579.

Contudo, em razão da dificuldade em se aprovar no Congresso o aperfeiçoamento do setor elétrico em ano eleitoral - veja-se, a exemplo, a caducidade da MP 814 -, optou-se por apensar a proposta a outro projeto de lei já em andamento na Câmara dos Deputados, que trata da portabilidade da conta de luz (PL 1917/15). A exemplo do que já ocorre atualmente com os grandes consumidores - indústrias, shopping centers, supermercados, dentre outros -, o PL da portabilidade da conta de luz busca reduzir os limites para ingresso no Mercado Livre de energia elétrica, de forma a possibilitar a escolha do fornecedor de eletricidade também para os demais consumidores.

A abertura do mercado, inclusive, é um dos pilares centrais da proposta de aperfeiçoamento do setor elétrico. Embora desde 1995, por meio da Lei nº 9.074, exista a previsão legal para a abertura progressiva do mercado de energia elétrica, apenas agora, em 2018, o tema parece ter encontrado ambiente político propício ao debate.

A proposta prevê uma redução gradual de carga - 2020 a 2026, com redução saindo de 2000 kW e chegando a 300 kW - para todos os consumidores atendidos em alta e média tensão, o que inclui indústrias e comércios de médio porte. Quanto aos consumidores residenciais, atendidos em baixa tensão, a proposta joga para 2022 a realização de estudos, com o fim de avaliar a viabilidade técnica, social e econômica de abertura do mercado também para essa classe de consumo.

Mais ousado, o PL da portabilidade da conta de luz permite já em 2020 que consumidores residenciais comprem eletricidade diretamente de geradores de energia a partir de fontes renováveis, e, em 2022, de quaisquer agentes geradores, independentemente da fonte.

Em tese, um aumento da concorrência entre fornecedores de energia elétrica pressionaria os preços de energia para baixo, em benefício dos consumidores. Contudo, para além da mera redução do limite de carga para migração de

consumidores para o mercado livre, há algumas questões adjacentes - mas tão importantes quanto - que necessitam ser endereçadas.

Uma primeira questão que precisa ser superada é de ordem sociocultural. Precipitadamente, parte-se da premissa de que consumidores residenciais desejam ou se importam em escolher seu fornecedor de eletricidade. Considerando que a preocupação dos consumidores com a eletricidade é, em geral, "do interruptor para frente", talvez aos consumidores não interesse monitorar o preço da eletricidade de forma contínua, buscar se informar quanto às fontes de energia e pesquisar fornecedores. Há consumidores que escolhem não querer escolher, os quais não podem ser punidos com preços menos competitivos em um cenário onde a obtenção de tarifas de eletricidade mais em conta dependa da busca por informações do mercado e interesse no setor elétrico.

A baixa adesão à tarifa branca - regime tarifário onde o preço da eletricidade varia ao longo do dia, de forma a induzir redução de consumo e deslocamento da carga para horários fora de pico - já indicaria a falta de disposição dos consumidores em alterar seus hábitos relacionados à eletricidade. Outro teste interessante tem-se com o projeto-piloto de resposta da demanda, por meio do qual certos consumidores industriais são remunerados por não consumir eletricidade em períodos solicitados pela distribuidora de energia local.

Em segundo lugar, há uma questão de ordem tecnológica que lentamente vem sendo tratada pela Aneel: implantação dos medidores inteligentes de energia. A possibilidade de escolha quanto ao fornecedor passa necessariamente pelo acesso à informação, o qual depende da instalação de medidores de eletricidade que meçam não apenas o consumo e a potência contratada, mas também informem os consumidores quanto ao preço da eletricidade em intervalos de tempo regulares, vigência das bandeiras tarifárias, dentre outras funcionalidades. Para a abertura do mercado, entende-se que as exigências regulatórias de medição para o Mercado Livre também devem ser flexibilizadas, de forma a simplificar - e baratear - a migração.

Embora a proposta de aprimoramento do setor elétrico já tenha sido precedida de consulta pública, ainda há muito a ser percorrido no Congresso. O PL não está livre de sofrer emendas e ser alvo da costumeira morosidade legislativa em ano eleitoral, não sendo exagero afirmar que as discussões estão apenas começando.

É louvável que haja audiências públicas com entidades e instituições do setor nas Casas Legislativas, de forma a oferecer aos parlamentares a exata dimensão e importância do aprimoramento setorial, em tempos não apenas de atualização e modernização regulatória do modelo, mas também de advento de tecnologias disruptivas e redistribuição de papéis dos agentes, em especial as distribuidoras e consumidores finais.

Reforma tributária e alta de impostos

O Brasil precisa de um sistema tributário mais simples, neutro e transparente. Há consenso entre especialistas, empresários e políticos de que é necessário unificar vários tributos, mudar bases de incidência, eliminar vários impostos, contribuições e regimes especiais e reduzir subsídios. Lamentavelmente, o consenso termina aí. Não há concordância sobre qual o melhor sistema e tampouco sobre como implementar uma reforma tributária. Assim, a aprovação no Congresso de uma transformação dessa magnitude exigirá um grande esforço de negociação do futuro presidente.

Há várias propostas sobre o tema tributário, com a maioria sugerindo a transferência da maior incidência de impostos do consumo para a renda. Isso reduziria a carga tributária sobre bens e serviços, que alcançou 16% do PIB em 2016, bem mais alta do que nos países da OCDE (média de 11% do PIB), com exceção da Hungria. Essa alteração elevaria a cobrança de tributos sobre a renda, dividendos e ganhos de capital - 6% do PIB em 2016, total bem mais baixo do que nos países da OCDE (média de 12% do PIB). Uma das propostas já está em tramitação na Câmara dos Deputados. Essa versão tem, de maneira resumida, um imposto de renda federal, tributos estaduais sobre valor agregado e impostos municipais sobre o patrimônio. Outra proposta é a do Centro de Cidadania Fiscal, que defende uma transição gradual que, entre outras mudanças, substituiria Pis/Cofins, IPI, ICMS e ISS por um Imposto sobre Bens e Serviços, incidente sobre o valor adicionado.

A qualidade do sistema tributário piorou desde a Constituição de 1988, com a carga tributária aumentando até meados da década passada e a sua regressividade crescendo significativamente. Essa alta carga - 32,4% do PIB em 2017 - é uma das razões da oposição da sociedade à alteração da legislação tributária. O receio é que uma mudança mais extensa aumente essa carga, tornando-a ainda mais regressiva e penalizando os menos favorecidos.

Outro obstáculo à aprovação de uma reforma ampla advém da vulnerabilidade das contas públicas. A maioria dos representantes dos governos regionais receia uma perda importante de receita nos seus Estados e municípios. Esse temor é contornado pela maioria das propostas de reforma com a imposição de uma transição excessivamente longa.

Em um país com concentração de renda tão alta, a aprovação no Congresso de uma reforma mais profunda e com efeito mais imediato seria facilitada com a redução da regressividade do sistema tributário. Há espaço para um aumento dos impostos sobre os mais ricos e para a redução das renúncias tributárias, sem impacto direto sobre a maioria da população. Além disso, isso tornaria o sistema mais equânime e poderia permitir até uma redução dos impostos sobre os mais pobres.

A aprovação em 2018 de apenas três medidas discutidas pelo Congresso nos últimos anos diminuiria essa regressividade e aumentaria a arrecadação em cerca de R\$ 80 bilhões em 2019, a saber:

1 - Cobrança de imposto sobre distribuição de lucros e dividendos - como esses rendimentos declarados no IRPF foram de R\$ 269 bilhões em 2016, uma tributação de 20% sobre essa receita geraria uma arrecadação relacionada às pessoas físicas superior a R\$ 55 bilhões em 2019. O tema é complexo, pois embute questões, por exemplo, relativas a alegações de dupla tributação. Ademais, estratégias de planejamento tributário podem reduzir essa estimativa.

2 - Elevação do imposto sobre a distribuição de lucros na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - a renúncia tributária ocorre, de forma simplificada, no caso de o IRPJ do setor ser maior do que a alíquota de 15% incidente sobre o acionista, no caso de distribuição de JCP. Sem considerar o fim da possibilidade de dedução da JCP da base de cálculo do IR, a elevação dessa alíquota para 27,5% aumentaria a arrecadação, apenas considerando pessoas físicas, em quase R\$ 2 bilhões em 2019, dada a receita de JCP declarada no IRPF em 2016 de R\$ 13,4 bilhões.

3 - Recolhimento semestral de imposto do renda pelos fundos fechados - a proposta torna a tributação sobre os fundos fechados similar à incidente sobre os abertos, cujos rendimentos são sujeitos ao "come cotas" semestral de 20% sobre sua rentabilidade, ressalvados fundos de ações e imobiliários, entre outros. Apesar de haver alternativas para continuar postergando o pagamento do imposto, a receita com essa nova regra poderia superar R\$ 20 bilhões em 2019 - por conta da cobrança sobre o estoque de fundos fechados acima de R\$ 200 bilhões - e R\$ 3 bilhões nos anos seguintes.

Uma outra receita fiscal viria da redução das renúncias tributárias, que alcançam 4% do PIB ao ano. Um corte de 20% desses gastos elevaria a arrecadação em quase R\$ 60 bilhões em 2019. Apesar da necessidade de eliminação de muitos desses privilégios, grande parte dos favorecidos não concordam que as vantagens que lhes beneficiam sejam excessivas ou injustificáveis. Assim, um corte dessas renúncias sofreria grande oposição por parte dos grupos de pressão mais organizados e influentes.

Em suma, a adoção de um sistema tributário moderno será uma tarefa árdua para o futuro presidente. Além da oposição de representantes de entes regionais e de diversos grupos de interesse, o governo enfrentará resistência por parte da sociedade, dada a percepção de que a qualidade dos serviços prestados pelo Estado está bem aquém dos custos associados à alta carga tributária. A forma mais justa de contornar essa resistência seria a de aumentar a carga tributária dos mais ricos, historicamente beneficiados por sua regressividade. O problema disso é que a elite chora alto e é bem mais organizada na defesa de seus privilégios.

Países criticam na OMC plano dos EUA de taxar veículos

O Estado de S. Paulo - 04/07/2018

Os principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, incluindo União Europeia, China, Japão e outros como o Brasil, manifestaram preocupação na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre possíveis medidas norte-americanas que imponham taxas adicionais sobre importações de veículos e autopeças.

O Japão, que iniciou a discussão na OMC com a Rússia, alertou que tais medidas poderiam desencadear uma espiral de medidas de retaliação e resultar no colapso do sistema multilateral de regras de comércio, informou um participante da reunião.

Mais de 40 membros da OMC, incluindo os 28 países da União Europeia, disseram que a ação dos EUA poderá perturbar seriamente o mercado e ameaçar o sistema da OMC, dada a importância dos veículos para o comércio mundial.

No fim de junho, o presidente Donald Trump disse que os EUA terminariam em até quatro semanas uma análise sobre a imposição de tarifas de importação de veículos. A União Europeia alertou que a medida pode levar a ações retaliatórias sobre US\$ 294 bilhões em exportações norte-americanas ao bloco.

Uma autoridade russa afirmou que a questão das análises dos EUA sobre tarifas foi levantada no ano passado em diferentes reuniões da OMC e desde então a situação só tem piorado.

Os EUA estão perdendo reputação como parceiro comercial confiável, disse o russo, acrescentando que os americanos poderão iniciar uma investigação sobre as tarifas de importação de produtos de urânio.

China, Canadá, Suíça, Noruega, Turquia, Costa Rica, Hong Kong, Venezuela, Cingapura, Brasil, Coreia do Sul, México, Catar, Tailândia e Índia disseram duvidar que as tarifas dos EUA estejam de acordo com as regras da OMC.

Importações crescem e derrubam saldo comercial

O Estado de S. Paulo - 04/07/2018

A economia aquecida aumentou a demanda brasileira por produtos do exterior e derrubou o saldo da balança comercial do País no primeiro semestre. O valor foi afetado ainda pela greve dos caminhoneiros, que prejudicou as exportações.

As exportações superaram as importações em US\$ 30,1 bilhões, valor 17% menor do que o registrado no primeiro semestre do ano passado. Ainda assim,

o saldo foi o segundo maior da história para o período, atrás apenas do primeiro semestre de 2017 – US\$ 36,2 bilhões.

No primeiro semestre, as importações subiram 17,2%. A compra de bens de capital cresceu 53%, o que demonstra perspectiva de aumento na produção das indústrias, já que são bens utilizados na fabricação de outros produtos. Junho foi o 11.º mês consecutivo de crescimento nas importações de bens de capital no País.

As exportações aumentaram 5,7% de janeiro a junho, puxadas, principalmente, pela venda de produtos manufaturados, que subiu 9,1% enquanto produtos básicos tiveram alta de 4,6% e semimanufaturados, de 0,5%.

“Temos competitividade em alguns produtos importantes da nossa pauta de manufaturados, como aviões, máquinas e equipamentos e setor automotivo. É reflexo desse empenho exportador que vem crescendo ao longo dos anos”, completou o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto.

Para ele, a alta do câmbio ainda não se reflete no aumento das exportações, porque, como se trata de contratos de longo prazo, há atraso nesse impacto. “O aumento das exportações é a continuidade do que vínhamos observando desde 2017.”

A paralisação dos caminhoneiros no fim de maio ainda afetou as exportações nas duas primeiras semanas de junho. Enquanto a média das vendas ao exterior vinha acima de US\$ 1 bilhão por semana, nas duas primeiras semanas do mês passado o valor médio foi de US\$ 775 milhões. Nas duas últimas semanas de maio, a média foi menor, de US\$ 670 milhões. “Já tivemos retomada nas exportações no fim de junho”, afirmou o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge.

Nas importações, o impacto foi sentido na primeira semana de junho, quando o valor semanal passou da média de US\$ 700 milhões para US\$ 404 milhões. O número voltou ao patamar regular já na semana seguinte. Para o economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, a desaceleração da economia, combinada à desvalorização do real deve reduzir o vigor das importações. “A economia já não cresce como antes e isso tem impacto importante.”

Exportações da China para EUA desaceleram

Valor Econômico - 04/07/2018

O crescimento das exportações da China para os EUA desacelerou significativamente no primeiro semestre de 2018, de acordo com dados divulgados ontem, indicando que o conflito comercial entre os dois países pode já estar cobrando um preço.

As exportações da China para os EUA cresceram 5,4% no primeiro semestre, 13,9 pontos percentuais a menos que no mesmo período de 2017. Segundo comunicado da Administração Geral de Alfândegas da China, as exportações chinesas para os EUA em junho cresceram 3,8%, 23,8 pontos percentuais abaixo de junho de 2017.

Os dados em relação à balança comercial com os EUA foram divulgados antes do cronograma habitual, dada a proximidade de 6 de julho, quando entram em vigor tarifas americanas sobre US\$ 34 bilhões de importações chinesas, de máquinas a produtos mecânicos.

Há poucos indícios de acordo entre as duas maiores economias do mundo, que poderia evitar a imposição de tarifas.

China pressiona Europa por aliança contra os EUA

Valor Econômico - 04/07/2018

A China está pressionando a União Europeia (UE) para que divulgue uma vigorosa declaração conjunta contra as políticas comerciais do presidente Donald Trump no fim deste mês, mas está encontrando resistência, disseram autoridades europeias.

Em reuniões em Bruxelas, Berlim e Pequim, importantes autoridades chinesas, inclusive o vice-premiê, Liu He, e o principal diplomata do governo chinês, o conselheiro de Estado Wang Yi, propuseram uma aliança entre as duas potências econômicas e ofereceram mais abertura do mercado chinês num gesto de boa vontade.

Segundo uma proposta, a China e a UE deflagrariam uma ação conjunta contra os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mas a UE, maior bloco comercial do mundo, rejeitou a ideia de se aliar a Pequim contra Washington, disseram cinco funcionários e diplomatas da UE à Reuters, antes da cúpula sino-europeia em Pequim, de 16 a 17 de julho.

Em vez disso, a expectativa é de que a cúpula produza um comunicado modesto, afirmando o compromisso de ambos para com o sistema multilateral de comércio e prometendo criar um grupo de trabalho sobre a modernização da OMC, disseram as fontes da UE.

O vice-premiê Liu disse reservadamente que a China está disposta a definir pela primeira vez quais setores poderão ser abertos a investimentos europeus na cúpula anual, com a presença do presidente Xi Jinping, do premiê Li Keqiang e de autoridades da UE.

A mídia estatal chinesa divulgou a mensagem de que a UE está ao lado da China, disseram autoridades, colocando o bloco em posição delicada. As duas

últimas cúpulas, em 2016 e 2017, terminaram sem uma declaração devido a divergências sobre o Mar do Sul da China e questões de comércio.

"A China deseja que a União Europeia fique ao lado de Pequim contra Washington, que tome partido", disse um diplomata europeu. "Não faremos isso e dissemos isso a eles."

Apesar das tarifas de Trump sobre as exportações de metais europeus e as ameaças contra a indústria automobilística da UE, Bruxelas compartilha a preocupação de Washington sobre o fechado mercado chinês e a manipulação do comércio por Pequim para dominar os mercados mundiais.

"Concordamos com quase todas as queixas que os EUA têm contra a China, mas não concordamos com a maneira como os EUA lidam com isso", disse outro diplomata.

Ainda assim, a postura chinesa surpreende, tendo em vista os fortes laços econômicos e de segurança de Washington com a UE. Isso revela a profundidade da preocupação chinesa diante de uma guerra comercial com Washington, já que Trump deverá impor tarifas sobre o equivalente a bilhões de dólares em importações oriundas da China a partir de 6 de julho.

A nova postura chinesa também ressalta a ousadia da China em tentar assumir a liderança, em meio a divisões entre os EUA e seus aliados europeus, canadenses e japoneses em questões como livre comércio e política externa.

"Trump dividiu o Ocidente e a China está tentando capitalizar isso. Os chineses nunca consideraram confortável o fato de o Ocidente ser um bloco", disse um funcionário europeu envolvido na diplomacia entre a UE e a China.

"A China agora acredita que pode tentar promover cisões no seio da UE em muitas áreas, como no comércio e em direitos humanos", disse a autoridade.

Outro funcionário descreveu a disputa entre Trump e aliados ocidentais na cúpula do G-7 no mês passado como um presente para Pequim, porque mostrou que os líderes europeus perderam um velho aliado, ao menos no comércio.

Na OMC, países contestam sobretaxas de Donald Trump

Valor Econômico - 04/07/2018

Mais de 40 países, incluindo o Brasil, contestaram ontem na Organização Mundial de Comércio (OMC) a ameaça de Donald Trump de impor sobretaxas às importações de automóveis e autopeças, em uma demonstração dos riscos que barreiras nesse segmento representa nas trocas globais.

Para certos negociadores, se Trump impuser a tarifa adicional sobre carros, a guerra comercial vai entrar em situação de "fim do mundo". As importações

pelos EUA alcançaram US\$ 179,6 bilhões no ano passado, ou 23,9% do total importado globalmente.

Se os EUA impuserem a taxa, outros países ameaçam retaliar, barrando a entrada de carros, como SUVs, caminhões leves e autopeças vendidos pelos EUA, numa espiral com efeito devastador.

Japão e Rússia levaram o tema ao Conselho de Bens da OMC. Para os japoneses, sobretaxar carros resultará no colapso das regras do sistema multilateral de comércio.

Para a Rússia, os EUA estão perdendo sua reputação como parceiro comercial. A União Europeia contestou a intenção de Trump de barrar importações por razões de segurança nacional. Os europeus argumentam, inclusive, que a produção doméstica americana aumentou nos últimos dez anos.

A China, principal alvo dos EUA no atual estágio do confronto comercial, denunciou os EUA pelo que chama de óbvia medida protecionista em andamento, que vai afetar as cadeias globais de valor.

Pequim se diz pronta para retaliar. Acusou Washington de não respeitar as regras com ameaças de novas sobretaxas de US\$ 200 bilhões sobre produtos chineses.

O Brasil focou na preocupação com a aplicação dos EUA do argumento de segurança nacional para justificar a barreira comercial. Países como Canadá, Suíça, Noruega, Turquia, Coreia do Sul, México e Índia sustentaram a inquietação.

Vários países insistiram que as sobretaxas ao aço e alumínio já têm impacto negativo sobre cadeias de valor, a própria indústria e consumidores americanos.

Depois de ouvir a enxurrada de queixas, a delegação americana limitou-se a dizer que os pontos levantados não faziam parte da agenda oficial da reunião.